

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE
COOPERAÇÃO (ABC) COM A GUINÉ-BISSAU.

DENISE CATARINA DIAS MANÉ

Porto Alegre

2013

DENISE CATARINA DIAS MANÉ

POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE
COOPERAÇÃO (ABC) COM A GUINÉ-BISSAU.

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2013

Denise Catarina Dias Mané

**POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA AGENCIA BRASILEIRA DE
COOPERAÇÃO (ABC) COM A GUINÉ-BISSAU.**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Data de aprovação: 11 de Dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a.Dr^a. Analúcia Danilevicz Pereira

Prof.Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

Prof.Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Dedico este trabalho a minha família, e principalmente a minha idolatrada avó Catarina Porfírio Costa que está presente em todos os momentos da minha vida, me mostrando o certo e errado, você é o meu exemplo a seguir. E aos pilares da minha existência Idrissa Mané, Armando Correia Dias, Emilia Monteiro Rodrigues e Belina Isabel Correia Dias.

AGRADECIMENTOS

Hoje estou vivendo um sonho que se tornou realidade graças ao esforço, dedicação e paciência. Não foi fácil deixar a minha pátria em busca desse objetivo, mas com a força de vontade e sempre acreditando que um dia chegarei aqui consegui vencer essa batalha. O espaço concedido não permitirá agradecer a todos que se fizeram presente nessa trajetória.

Primeiramente agradeço ao senhor Deus pela vida, sem ele não sou nada.

A minha querida orientadora Prof.Dr.Analucia Danilevicz Pereira, por ter aceitado me orientar, mostrando sempre dedicação na realização do trabalho, sem você não seria possível.

Aos meus amados pais Idrissa Mané, Belina Isabel Correia Dias Mané, Armando Correia Dias e Emilia Monteiro Rodrigues á vocês eu devo um muito obrigado pela educação, amor, carinho, compreensão e por fizerem de mim a pessoa que sou hoje.

Agradeço aos meus irmãos Deise, Débora, Junior, Lafton, Malam, Emilio, Jefferson, Larissa, Luís, Fernando Jorge, Til Bacar, Elaine, Katuscia, Bartolomeu e Osvaldo.

Ao meu namorado e companheiro de todas as horas Frederico Matos Alves Cabral e a sua família principalmente a Olivia Matos Alves um exemplo de mulher.

A minha amada sobrinha Halima, aos meus sobrinhos (as), primos (as), tios (as), amigos (as) e avos. Também quero agradecer ao Arrais da Silva e Marcio Zapican pelo apoio na realização do trabalho.

Aos estudantes africanos em Porto Alegre Quirino, Valdemira, Kambas, Ilda, Germen, Gaudencio, Angelo, Iria, Virginia, Abi, Dulce, Ivanilde, Franklin, Victor, Ary, Felismina, Francisco, Nino, Amilcar, Maximiano, Deocleciana, Ussumane, Iabna, Vanito, Edson, Len, Oumar, David, Mauricia, Dina, Kadi, Mutaro, Aercio, Edem, Pedro, Vivian, Rucheto, Nalempna, Mamadu, Tito, Cony e Abdel. Por outro lado quero agradecer ao pessoal da Casa de Estudantes de Agronomia e Veterinária (CEFAV), Pai Nilson, Dona Carmem, Natalia, William, Pablo.

A minha amiga Aline e sua filha Anajulia. E por fim agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade, aos meus colegas, meus queridos professores da faculdade e a todos que fizeram parte desta caminhada, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho consiste em mostrar a relevância e os desafios da cooperação técnica existente entre o Brasil e a Guiné-Bissau, com foco na atuação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a partir do Governo Lula. Nesse trabalho, também é analisado o aumento das relações bilaterais do Brasil com o continente africano.

O seguinte trabalho está dividido em três (3) capítulos: Relações Brasil-Guiné-Bissau, Cooperação e Cooperação Técnica. O primeiro capítulo aborda as relações existentes entre Brasil e Guiné-Bissau, desde os anos 1970 com o reconhecimento deste pela sua independência até os anos recente (2012), no âmbito da cooperação Sul-Sul. O segundo capítulo apresenta o estado da arte do conceito da cooperação e a situação política, social e econômica da Guiné-Bissau, discutindo os entraves e os desafios da concretização de um Estado de Direito. E por ultimo, o terceiro por seu lado mostra os desafios da Cooperação técnica e os principais projetos desenvolvidos pela Agencia Brasileira de Cooperação (ABC) neste país.

Palavras-Chaves: Cooperação Técnica. Agência Brasileira de Cooperação. Política Externa. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The present work has as a goal to show the importance and the challenges of technical cooperation existing between Brazil and Guinea-Bissau, with a focus on the Brazilian Cooperation Agency (ABC) starting at the Lula Government. In this work, it is also analyzed the increase of bilateral relations of Brazil with African continent.

The following work is divided into three (3) chapters: Relations Brazil- Guinea-Bissau, Cooperation and Technical Cooperation. The first chapter discusses the relations existing between Brazil and Guinea-Bissau since the year 1970 with the recognition of this by its independence until recent years (2012), in the context of South-South cooperation. The second chapter presents the state-of-the-art concept of cooperation and the political, social and economic situation in Guinea-Bissau, discussing the obstacles and the challenges of achieving a State of Law. AND finally, the third, by his side, shows the challenges of technical Cooperation and the major projects developed by the Brazilian Cooperation Agency (ABC) in this country.

Keywords: Technical Cooperation. Brazilian Cooperation Agency. Foreign Policy. Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC- Agência Brasileira de Cooperação
AID- Associação Internacional do Desenvolvimento
ANP- Assembleia Nacional Popular
BM- Banco Mundial
CCBGB- Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau
CEDEAO- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEMGFA Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CIFAP- Centro de Formação Profissional na Guiné-Bissau
CNE- Comissão Nacional de Eleições
CPLP- Comunidade Dos Países De Língua Portuguesa
CTI- Cooperação Técnica Internacional
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
FAD- Fundo de Apoio ao Desenvolvimento
FARP- Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FCG- Fórum Cívico Guineense
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FLING- Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné
FMI- Fundo Monetário Internacional
FNUAP- Fundo das Nações Unidas para a População
FRANCO CFA- Franco da Comunidade Financeira Africana
FUNAG- Fundação Alexandre de Gusmão
HIPC- Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados
IBAS- Índia-Brasil-África do Sul
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES- Instituição de Ensino Superior
INE-GB- Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau
MISSANG- Missão angolana
MRE- Ministério de Relações Exteriores
OMC- Organização Mundial do Comércio
ONU- Organização das Nações Unidas

PAIGC- Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo verde
PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAM- Programa de Alimentação Mundial
PCD- Partido da Convergência Democrática
PEC-G- Programa de Estudantes Convenio de Graduação
PEI- Política Externa Independente
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRS- Partido da Renovação Social
PUSD- Partido Unido Social Democrata
RGB/MB- Resistência da Guiné-Bissau- Movimento Bafatá
RPC- República Popular da China
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUBIN- Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional
UEMOA- União Econômica Monetária do Oeste Africano
UM- União para Mudança
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura.
UNFPA- Programa das Nações Unidas para a População
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNMIL- Missão das Nações Unidas na Libéria
UNODC- Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

FIGURAS DOS ANEXOS

Figura 1- Foto das vítimas do bombardeio do CIFAP- Bissau.....	58
Figura 2- Entrega da oferta de 6000 fardas às Forças Armadas da Guiné-Bissau pelo Embaixador do Brasil no país João Alberto Dourado Quintaes.....	58
Figura 3- Visita do Ex-Presidente Lula a Gana em 2005.....	59
Figura 4- Centro de Formação Profissional Brasil- Guiné-Bissau.....	59
Figura 5- Centro de Formação das Forças de Segurança Brasil- Guiné-Bissau.....	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 RELAÇÕES BRASIL-GUINÉ-BISSAU.....	15
2.1 O IMPACTO DAS INDEPENDÊNCIAS DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS.....	18
2.2 POSIÇÃO BRASILEIRA.....	21
2.3 POLÍTICA EXTERNA DA GUINÉ-BISSAU.....	22
2.4 POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL.....	27
3 COOPERAÇÃO.....	32
3.1 CONJUNTURA POLÍTICA ATUAL DA GUINÉ-BISSAU.....	34
3.2 AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC).....	39
3.3 INTENSIFICAÇÃO DA COOPERAÇÃO.....	41
4 A COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	46
4.1 IMPACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXOS.....	58

1 INTRODUÇÃO

A cooperação entre os países em via de desenvolvimento tornou-se relevante para construção de um bloco político, econômico e social denominado Sul-Sul.

A nova reconfiguração política geográfica e econômica a nível mundial entre os países considerados menos desenvolvidos permitiu a mudança dos laços de cooperação e do tratamento entre as nações do Sul com Norte, assim como entre países do Sul em busca do mesmo ideal para ocupação de um ponto estratégico para o futuro das economias e lideranças mundiais. Isso possibilitou o desencadeamento das iniciativas isoladas ou comuns entre os países do Sul, de modo a mudar ou reconfigurar o antigo panorama mundial que beneficiava os mais desenvolvidos, destacando-lhes como as grandes potências mundiais.

Atualmente, o poder mundial não concentra só nos considerados mais desenvolvidos, como também é compartilhado entre estes e os menos desenvolvidos. Se dantes usava os conceitos como países do Terceiro Mundo ou periféricos, esta situação possibilitou o surgimento do termo “países emergentes” ou “em via de desenvolvimento”. É neste âmbito que se destaca a cooperação entre o Brasil e os países da África em prol da construção de interesses comuns a fim de inserir no novo mapa das relações internacionais. Iniciativas como essas são vistas em casos da política externa brasileira com a Guiné-Bissau, um país situado na costa ocidental da África, fazendo fronteira ao norte com Senegal e ao sul com Guiné-Conakry.

Com uma superfície de 36.125 km², possui uma população de 1,5 milhões de habitantes. É formado por oito (8) regiões e mais de 80 ilhas, no qual só 32 são habitadas.

Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: Didinho, 2003.

Foi ex-colônia portuguesa desde a chegada dos portugueses em 1445, conquistou a sua independência unilateralmente em 1973¹, após onze (11) anos de luta de libertação Armada desencadeada pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tendo como figura principal o Amilcar Cabral².

O PAIGC desempenhou um importante papel na mobilização do povo guineense e cabo-verdiano para a luta de libertação nacional.

O país tem como a língua oficial o português, seguida do Crioulo que é a língua nacional. Seguida de uma vasta diversidade linguística, étnica e cultural existem 32 etnias sendo as principais que se prevalece diretamente na organização política, econômica e social: *Balanta, Papel, Manjaco, Mancanha, Fula e Mandinga*.

Esse trabalho, portanto, tem como problema de pesquisa a análise dos principais pontos de cooperação desenvolvidos pela Agencia Brasileira de Cooperação (ABC) no âmbito das relações bilaterais entre Brasil-Guiné-Bissau. E por outro lado, os impactos dessas relações para o desenvolvimento técnico/recursos humanos da Guiné-Bissau.

¹Um ano depois em 1974 a independência foi reconhecida por Portugal.

² Amilcar Cabral nasceu em 12 de Setembro de 1924 em Bafatá umas das regiões da Guiné-Bissau. Engenheiro Agrônomo foi líder e fundador do PAIGC juntamente com mais cinco (5) membros.

Tem-se como hipótese que a cooperação desenvolvida entre o Brasil e Guiné-Bissau pode impactar em médio e longo prazo no desenvolvimento de ambas as nações.

Para tanto a estrutura dessa pesquisa é a seguinte: no primeiro capítulo é abordado a relação existente entre Brasil e Guiné-Bissau, desde os anos 1970 com o reconhecimento deste pela sua independência até os anos recente (2012), no âmbito da cooperação Sul-Sul. Já o segundo capítulo apresenta o estado da arte do conceito da cooperação e a situação política, social e econômica da Guiné-Bissau, discutindo os entraves e os desafios da concretização de um Estado de Direito. E por ultimo, o terceiro capítulo mostra os desafios da Cooperação técnica e os principais projetos desenvolvidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) neste país.

2 RELAÇÕES BRASIL-GUINÉ-BISSAU

As relações entre Brasil e Guiné-Bissau têm profundas raízes históricas e culturais (MRE, 2012). Marcadas a partir da década de 1970, após o Brasil reconhecer a Guiné-Bissau como um Estado Soberano antes do reconhecimento oficial do Governo de Portugal, os dois países começaram a estreitar os laços, culminando no apoio do Brasil para entrada do mesmo junto as Organizações das Nações Unidas como um país independente.

Mapa de aproximação geográfica Brasil-Guiné-Bissau.



Fonte: <http://sibila.com.br/mapa-da-lingua/a-poesia-de-guine-bissau/2734>

Em 1975 como uma forma de estabelecerem oficialmente os acordos, foi aberta a embaixada brasileira no país.

O reconhecimento da independência da República da Guiné-Bissau pelo Brasil, com menos ostentação na imprensa nacional e internacional em relação ao reconhecimento da República de Angola em novembro de 1975 foi extremamente positivo para o posicionamento político do Brasil no sistema mundial daquele momento.

A postura da política externa brasileira anticolonialista, antirracista, desenvolvimentista e multilateral, trouxe prestígio para o país na África e principalmente nas partes envolvidas (RIZZI, 2012).

Essa posição do Brasil perante a Guiné serviu para engrandecer a sua popularidade na África, porque os outros países e a própria comunidade internacional observavam o empenho brasileiro como uma aproximação e contribuição para o desenvolvimento dessa nação.

Nos anos seguintes o Brasil recebeu várias visitas dos líderes guineenses que traziam suas demandas, ou seja, o objetivo desses encontros para além de ser uma forma dos dois países manterem contacto era também uma maneira dos representantes guineenses trazerem os seus problemas a fim de acharem soluções com o governo brasileiro, por meio de acordos e programas de cooperação.

A partir dali, a Guiné-Bissau passou a receber as missões técnicas do Brasil e vice-versa.

De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em 1978 à República Federativa do Brasil e a Guiné-Bissau assinaram o acordo básico de cooperação técnica com o intuito de criar novas oportunidades para cooperação bilateral de acordo com as prioridades dos dois países, esse acordo foi assinado com o objetivo de solucionar as questões que as missões técnicas desses países assinalavam.

A expansão da política externa brasileira com o país teve o seu impulso a partir da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Bissau em 2005, com o intuito de destacar a relevância de cooperação do Brasil com os países da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa). Durante a visita foi ampliada a cooperação principalmente nas seguintes áreas: Educacional, Técnica, Saúde, Agricultura, Segurança, Defesa e Formação Profissional. Desde lá as relações entre os dois países vem cada vez mais se intensificando.

Como resultado da ampliação da cooperação, foi inaugurado em novembro de 2009 em Bissau o Centro de Formação Profissional Brasil–Guiné-Bissau (*ver figura 4 do anexo*), implementado através de um investimento de US\$ 3 milhões pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em parceria com o Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado da Guiné-Bissau, durante a visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim (MRE, 2012).

Ainda na área educacional o Brasil vem contribuindo na formação de muitos quadros da Guiné-Bissau, principalmente através do Programa dos Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G). Trata-se de um programa que o Brasil possui com os países em via de desenvolvimento, principalmente da Ásia, África e América Latina, consiste em oferecer oportunidades aos jovens destes países com faixa etária de 18-24 anos a cursarem graduação nas instituições de Ensino Superior Brasileiras.

Este programa para além de proporcionar o intercâmbio e oportunidades á esses jovens é uma forma de cooperação desenvolvida pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE) com o intuito de progredir esses países na área educativa como também político econômico e social. Esse tipo de cooperação é mais proveitoso para um país em desenvolvimento como é o caso da Guiné-Bissau, porque uma vez que você consiga ajudar na formação desses quadros estarás apoiando o crescimento e desenvolvimento dessas sociedades através desses quadros que irão implementar novas técnicas de avanço e melhoramento de políticas que irão beneficiar o país. O no momento com a atual conjuntura política do país deve-se priorizar essas cooperações que irão trazer benefícios no curto e longo prazo.

Conforme afirma Santos (2005), os governos locais dos países africanos montam uma estratégia de forma a superar os grandes dilemas enviando seus estudantes a cursarem o ensino superior nos países estrangeiros com quais possui vínculos cooperativos.

No Brasil o programa PEC-G é desenvolvido pelo MRE, com a participação de 94 instituições de ensino superior (IES) públicas, federais e privadas. A vinda dos primeiros estudantes africanos se deu em 1974 (CABRAL, 2012).

Atualmente o Brasil conta com mais de mil estudantes africanos de graduação, mestrado e doutorado nas diferentes IES brasileiras.

Mas há dois anos já a Guiné-Bissau foi retirada do programa PEC-G em virtude do ultimo incidente de golpe de estado e por causa da continua instabilidade política em que o país se encontra.

Essa foi uma forma que a comunidade internacional viu de punir este país, mas é de ressaltar que um dos papeis da comunidade internacional e dos países que fazem parte, é o desenvolvimento e a promoção da paz, esta é uma altura em que não deviam abandonar e excluir esse país neste tipo de programa.

Por um lado sabemos que é difícil trabalhar sem retorno ou em condições precárias e de constante instabilidade, mas por outro lado tomando essa iniciativa só ira prejudicar ainda mais o país, uma vez que os jovens perderão acesso a essas vagas para estudar e criar condições favoráveis para as famílias e seus países de origem.

Os cursos de formação que trazia policiais, professores e outros técnicos para adquirir e trocar experiências no Brasil também é um apoio que ficará pelo caminho.

Para além do Brasil existem bolsas de estudos fornecidos por outros países como Portugal, França, Alemanha, China etc... Mas só que a divulgação dessas é pouca e ainda exige uma boa condição financeira só entra estudantes de classe alta.

Para o Brasil também no início do programa, só vinha estudantes de classe alta (filhos dos representantes do estado) porque precisa declarar um alto valor de renda para manutenção durante o curso. Mas com a entrada do presidente Lula no governo foram criadas bolsa de auxílio financeiro para os estudantes PEC-G, com baixa renda.

Com isso os estudantes com renda inferior começaram aderir ao programa e aumentou a procura para o Brasil já que a seleção também é feita com maior transparência em relação a outras bolsas oferecidas pelo Ministério de Educação da Guiné-Bissau que as vezes os alunos não tem conhecimento dessas bolsas por causa das constantes fraudes.

A relação desses países também vem intensificando em outras áreas com a presença de varias empresas brasileiras como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e outras que estão implantando novas tecnologias de desenvolvimento.

E ainda estão trabalhando no sentido de privatizar o setor produtivo, desregulamentar os mercados, financiamento de dividas, liberalização comercial, fortalecimento da administração pública e implantar novas políticas em prol do desenvolvimento de ambos e operar conjuntamente para o fortalecimento de futuros acordos.

2.1 O Impacto das Independências das Colônias Portuguesas

Menezes (1961) deixa claro que o colonialismo não passa de um parasitismo internacional, é a vontade impenitente de uma nação forte fazer com que sua gente viva melhor a custa do mal-viver e do sacrifício de outro conglomerado humano.

A colonização teve impactos diferentes em cada país, se for fazer uma comparação entre a colonização portuguesa e a francesa verão que a colonização francesa apesar da dominação e desrespeito desses povos, foi mais vantajosa em relação a colonização portuguesa.

França procurou não só explorar e dominar seus colonos, mas sim trabalharam também no sentido tirar proveito e fazer algo de útil para essas nações. Durante a

colonização francesa os países que faziam parte do seu território tinham escolas e outros aparelhos de estado para promover a alfabetização, pegavam alguns nativos que colaboravam com eles e mandavam formar quadros, esse é um dos pontos de diferença da colonização portuguesa que buscou fazer o contrario, ou seja, quanto menor for os alfabetizados, maior seriam as suas vantagens porque o povo demoraria a descobrir os seus verdadeiros interesses.

Ainda afirma que, a França proporcionou o melhor exemplo de colonialismo cultural, suas ações tanto políticas como econômicas internacionais favoreceram essa missão cultural. Ele ainda afirma que os próprios franceses ressaltavam que o motivo de sua expansão colonial era para trazer os povos bárbaros a um nível mais alto de civilização, e por incrível que pareça, trouxe ótimos resultados (MENEZES, 1961).

A colonização teve um impacto maior na área educacional, não se importaram de imediato em fazer uma política local necessária que seria capaz de responder as dificuldades presentes no sistema da educação, às vezes leva a crer que os próprios colonizadores não tinham capacidades para solucionar essas demandas.

Portugal se preocupou mais em evangelizar em vez de priorizar a educação que foi o caso de outros países.

A política educacional foi implantada um pouco tarde na Guiné-Bissau, foi por isso que a construção de escolas de ensino secundário, centros de formação profissional se deu de forma tardia até então só tinha escolas primarias.

Segundo Santos (2011) até final da década de 1950, havia apenas oito (8) mil africanos na África subsaariana, com educação secundária, dentre uma população de cerca de 200 milhões, e quase metade concentrava-se na Gana e Nigéria, ex-colônias inglesas. Já em comparação com a colonização portuguesa, caso da Guiné-Bissau, até 1958 a taxa de analfabetismo no país era de 98,85%. Em 1960 tinha onze (11) Guineenses com ensino superior, isto é três (3) anos antes do inicio da luta de libertação armada (1963), desencadeado pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) (CABRAL, 2011). O colonizador nunca queria alfabetizar a população, com o medo de estes um dia reclamarem os seus direitos, a independência e a liberdade. Por isso era necessário bloquear o acesso as escolas, mais ao mesmo tempo tinham que ceder oportunidades para os seus próprios filhos e dos seus colaboradores nativos que tinham contribuído para o funcionamento das suas feitorias.

Na maioria dos países o impacto foi negativo, o único ponto que pode ser positivo é União na luta pelo fim da ideologia colonialista. Na Guiné-Bissau existem 32 etnias cada uma com crenças, costumes, línguas e outros aspectos que a difere das outras, e tinha algumas etnias que por causa de conflitos tribais e reivindicação de territórios não se entendiam. Com a colonização viram que estava na hora de deixar de lado as rivalidades internas que estava fortificando naquela sociedade e juntar as idéias para lutar contra o inimigo comum. Esse foi um momento de forte unidade nacional em que todas as etnias se uniram. Nesse caso podemos dizer que de certa forma o colonialismo teve uma vantagem porque serviu para fazer esse povo unir e lutar pelos seus ideais na busca de soluções para o progresso do país.

Como afirma (MARTINS, 1948, apud Cardoso, 1992), que a colonização é essencialmente um ato de transmissão de cultura europeia para cultura africana. Portugal para livrar-se dessa imagem racista, fez mostrar que a colonização era para civilizar os africanos que até então eram considerados seres inferiores e controlar as áreas ultramarinas, consistindo na idéia paternalista e racial de superioridade da raça branca em relação a raça negra.

Um escritor de origem portuguesa mostra que a colonização portuguesa tinha quatro (4) princípios fundamentais (CAETANO, 1951, apud, Cardoso, 1992):

- a) *Unidade Política*
- b) *Assimilação Espiritual*
- c) *Diferenciação Administrativa*
- d) *Solidariedade econômica*

O que eles priorizaram mesmo foi a assimilação espiritual como sendo uma política de integração a cultura portuguesa, essa foi a forma que os portugueses viram de mudar a crença local e deslegitimar o poder dos anciões.

Essa política de civilização acabou construindo um pequeno um pequeno grupo da população guineense que sem deixar totalmente de lado os seus costumes, adquiriram outros hábitos e comportamentos dos europeus.

O colonialismo transformou o modelo estatal da época introduzindo novas técnicas de governação através da exploração econômica e soberania política. Não se preocuparam em melhorar as condições de vida e nem levar em consideração que se tratava de pessoas com uma realidade política, social, cultural e econômica diferente.

Com o passar do tempo em meados dos anos 40 afirma (CARDOSO, 1992), a estrutura econômica e social da Guiné-Bissau era baseada na política portuguesa, e hoje em dia pode ser vista as conseqüências dessa política seguida de Portugal. O código civil guineense foi feito na base do regime colonial, ou seja, é puramente no pensamento do colonizador. Esse código foi feito sem levar em conta a própria realidade do país, principalmente suas questões étnicas e culturais, o que acaba excluindo um núcleo desse estado fazendo os sentir não representados. Isto é uma das causas da instabilidade política que hoje se assenta no país, os sucessivos golpes de estado liderados por uma minoria étnica.

Atualmente não é difícil encontrar impactos causados pela colonização nas ex-colônias Portuguesas, essa forma de dominação afetou intensamente a estrutura social desses países, não houve grandes avanços, impediram o desenvolvimento econômico e industrial com medo destes evoluírem e interferir em seus comércios na metrópole. Não teve avanços significativos nessas colônias só serviram de base para sustentação de suas economias e não se interessaram com o progresso dessas nações.

2.2 Posição Brasileira

O Brasil como sendo uma ex-colônia portuguesa, após a sua independência teve a sua política externa inclinada com o Portugal devido aos vínculos marcados pelo seu passado histórico. Este fator levou o Brasil a tomar uma posição desfavorável perante as independências dos países africanos de expressão portuguesa. Nessa época a África não tinha relevância na sua política externa, e o relacionamento com esses países era quase inexistente, a única ligação existente era através do tráfico de escravos.

Em 1953 foi assinado o tratado de amizade e consulta entre Brasil e Portugal, que teve a sua ratificação em 1954, permitindo uma maior aproximação das políticas internacionais entre os dois países. Com a assinatura desse tratado o Brasil começou a submeter a sua posição, favorecendo ao Portugal em relação aos demais países que faziam parte da colônia portuguesa.

Três anos depois, o Brasil votou a favor do projeto A/C.4/L.404, por onde as províncias ultramarinas portuguesas se incorporaram com territórios não autônomos pertencentes a Portugal. Isso possibilitou a criação dum estado de espírito mundial a

favor da liberação dos povos ainda escravizados, obrigando o Brasil a não contrariar essa corrente comprometendo o seu prestígio internacional (ARANHA, 1957 apud RIZZI, 2012, pág. 86).

No fim do mandato do governo Juscelino Kubitschek já se podia notar algumas mudanças na condução da política externa brasileira. Mas essa política foi inaugurada no governo de Janio Quadros, dando origem a uma política do não alinhamento.

Diante da nova realidade o Brasil viu-se obrigado reformular sua política tendo em vista a aproximação com a África para alcançar um nível de crescimento avançado no setor político e comercial.

Rizzi (2012) argumenta que a política externa brasileira teve a sua relação intensificada com esses países a partir do conhecimento de sua realidade e por outro lado, através da consequência das demandas do surgimento das trocas comerciais. A partir daí, começou a intensificar os laços com o continente, abrindo embaixadas em alguns países. Um dos primeiros países africanos a assinar acordo com o Brasil foi a Libéria em 1925, nessa época, o comércio com o continente era quase escasso perfazendo um total de 3% (RIZZI, 2012; CABRAL, 1989).

Atualmente a política externa brasileira está voltada mais ao âmbito Sul-Sul, uma forma de tentar reconstruir a sua posição no passado, e projetar para uma posição de liderança mundial no futuro.

2.3 Política Externa da Guiné-Bissau

A Política Externa da Guiné-Bissau teve seu início muito antes da chegada dos europeus na África, por meio das trocas comerciais entre os povos dos impérios de Mali, Shongai e o Reino de Kaabú da qual fazia parte o território da Guiné-Bissau. Era controlado pelo rei, através de príncipes escolhidos nas famílias de renome que mantinham contactos comerciais com os portugueses.

Os portugueses não mostraram claramente suas intenções durante o primeiro contato com esses povos, fizeram-lhes acreditar que estavam ali puramente para estabelecer trocas, oferecer seus produtos que até então eles não tinham acesso, e fazer o comércio.

Com o passar do tempo quando eles já se sentiam instalados e com um conhecimento elevado do território, passaram a obrigá-los a fazer o trabalho forçado, cobrando impostos, e alguns eram capturados para servirem de escravos em outras colônias.

O tráfico de escravos foi um fator que contribuiu para secessão dos reinos africanos e para própria exploração colonial que souberam aproveitar a situação para intensificar suas atividades comerciais no continente (LOPES, 1982).

Anos depois foi convocada a conferencia de Berlin pelo chanceler Otto Von Bismark para fazerem a divisão da África. Portugal ficou com as colônias da Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Angola, Moçambique e São Tome e Príncipe.

A instalação dos colonizadores portugueses na Guiné privou a liberdade (educação) dos povos que ali estavam abrindo espaço para uma política considerado de assimilação e de exploração. Tinha poucas escolas na Guiné, e o seu acesso era reservado aos filhos dos colonizadores e da pequena burguesia que ali se encontravam.

A emancipação da educação só vai se dar a partir do inicio da luta de libertação armada desencadeado pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) em 1963, culminando assim na construção das escolas nas *zonas consideradas libertadas*³.

Ao falar da política externa guineense não se pode esquecer o papel fundamental do Amilcar Cabral⁴ na luta pelo fim do colonialismo português.

As ações e iniciativas de Amilcar Cabral no campo internacional são portadoras de ricos ensinamentos cuja análise ajuda a compreender a atual fase da política externa e da prática diplomática da Guiné-Bissau, após 40 anos da histórica proclamação, em 24 de setembro de 1973, do estado da Guiné-Bissau nas zonas libertadas de Madina de Boé (CABRAL, 1989).

O PAIGC desde o seu inicio trabalhou no sentido de criar uma nova consciência ideológica, e uma política comum que seja capaz de reunir as forças da nação que estava se formando em torno de um objetivo central que era a luta contra o colonialismo. Sua base política consistia na luta pela unidade nacional, desenvolvimento e a igualdade entre os povos. Razão pelo qual aliou com os países vertentes de bloco socialista,

³ Zonas Libertadas referia as regiões conquistadas pelos guerrilheiros do PAIGC das mãos dos portugueses.

⁴ Amilcar foi líder e fundador do PAIGC. Foi assassinado no dia 20 de Janeiro de 1973 em Conakry, oito meses (8), antes da proclamação da independência da Guiné-Bissau.

principalmente com a Antiga União Soviética (URSS) e Cuba. Os dois países foram parceiros do PAIGC, forneciam automóvel, material escolar e sanitário, além de todo apoio na formação dos jovens quadros e guerrilheiros.

Durante a Luta de Libertação Armada, os alunos destacados eram escolhidos para continuarem os seus estudos de nível superior nos dois países citados acima. Foi assim que se deu a mobilidade dos primeiros estudantes guineenses promovidos pelo partido. A forma como PAIGC conduziu essa luta serviu de ensinamento para entender a formulação da política externa guineense.

De acordo com Cabral (1989), os fatores que condicionaram essa luta não foram só internos, mas também externos, queriam mostrar ao mundo a existência do novo Estado que estava a surgir no momento. Por outro lado, consistia em mostrar que os guineenses eram capazes de liderar o seu país, e formular suas políticas sem a presença dos colonizadores.

A luta pela libertação foi um processo demorado em que a única esperança era se livrar do jugo colonial através da mobilização das massas camponesas, fator interno da revolta.

Com a entrada de Portugal nas Organizações das Nações Unidas (ONU) uma das coisas que deveria ser cumprida era levar em consideração o legado internacional que consta no artigo 73 da carta, “a obrigação das potências comunicarem a ONU, os respectivos avanços nas suas colônias”, algo que Portugal não estava cumprindo, continuando na violação dos seus propósitos.

Foi daí que Amilcar Cabral e seus outros companheiros começaram a fazer as pessoas a entender a verdadeira intenção do colonialismo português.

O PAIGC tinha sua base instalada na república vizinha de Conakry, que propiciou auxílio ao movimento, convencendo os outros países de que o PAIGC era um movimento patriótico e legítimo da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

A independência da Guiné Bissau foi proclamada unilateralmente pelo PAIGC no dia 24 de Setembro de 1973, teve reconhecimento por mais de 60 países. Mas veio a ser reconhecida por Portugal um ano depois de ser condenada a sua ocupação pela ONU, uma vez que a organização já tinha reconhecido a independência da Guiné, e este passou a ser seu membro em 1974.

Com a proclamação da independência, foi eleito como primeiro presidente Luis Cabral⁵. Ele reatou as relações com Portugal culminando assim no acordo geral de cooperação e amizade entre Portugal e Guiné-Bissau, assinada 11 de junho de 1975 no qual foi reconhecida a existência de especiais laços de amizade e solidariedade entre os respectivos povos.

Luis Cabral conduziu a sua política externa baseada na aproximação com Portugal. Essa cooperação tinha como pontos focais o setor financeiro, econômico, técnico, científico, cultural, judicial, diplomático e consular.

Em 1978 Luis Cabral foi o primeiro presidente das ex-colônias portuguesas a visitar Portugal, no intuito de demonstrar mais uma vez o bom relacionamento que os dois países estavam constituindo para o progresso de ambos. Durante a sua viagem aproveitou a oportunidade para reforçar os laços na área da saúde, educação entre outros setores, e ainda procurou conhecer e fazer homenagens às antigas localidades visitadas pelo o irmão Amilcar Cabral.

A política externa desse presidente foi além das visitas, buscou reaproximar os dois países, trabalhou também no sentido de reforçar a cooperação com a França, Cuba, Angola, Senegal, Somália, Gâmbia, Moçambique, Níger e Mauritânia.

O PAIGC estabelecia relações com Marrocos, Cuba, Republica Popular da China e a URSS, nessa época, esses países estavam enfrentando grandes perturbações entre eles, mas mesmo assim o partido conseguiu manter uma relação com todos.

Os primeiros anos da independência a política externa tinha um caráter mais socialista, a Guiné-Bissau era caracterizada como sendo um país anti-colonial e imperialista, reconheceu a independência da república Árabe Sarauí Democrática, mostrando sua solidariedade política e ideológica com os outros países, ainda, condenou o regime da Apartheid na África do Sul.

Para além de estabelecer relações políticas, culturais econômicas e diplomáticas com vários países, o país aderiu ao movimento dos não alinhados, que favoreceu maior cooperação técnica, ajuda financeira externa de países como a Suíça, Suécia e ainda permitiu a assinatura de vários acordos bilaterais e fazer parte de alguns organismos internacionais, a FMI, Banco Mundial entre outros.

⁵ Luis Cabral, irmão de Amilcar Cabral e um dos fundadores do PAIGC.

Nos anos 80 começaram a reparar que o alinhamento da política externa com países socialistas para alcançar crescimento não estava tendo benefício.

Então tiveram que reformular a política econômica, afastando-se dos socialistas e começaram a vincular seus laços com Estados Unidos, Reino Unido, Portugal e França (países capitalistas).

O PAIGC iniciou uma política pragmática na tentativa de resolver problemas sociais e políticos que estavam enfrentando na época. Adotaram um novo programa financiado pela FMI e Banco Mundial para consolidar a economia, a partir daí começaram a fazer mudanças no âmbito da política externa.

Estabeleceram relações com alguns países árabes que tinham significantes bases petrolíferas, essa cooperação era uma forma de financiamento de programas de desenvolvimento por parte desses países. Estreitaram ainda relações com Arábia Saudita e reconheceram a Coréia do Sul.

Em seguida, começaram a unir os laços com Brasil que deu um forte apoio ao colonialismo durante a luta de libertação nacional. E com Cabo Verde também retomaram os acordos que estavam cortados desde o golpe de estado de 1980.

Romperam relações com a República Popular da China (importante aliado na luta de libertação) porque na altura a RPC estava reivindicando a República da China atual Taiwan como sendo parte integrante do seu território e a Guiné-Bissau reconheceu este país, o que fez com que a RPC retirasse todos os seus oficiais e representantes neste país, cancelou a bolsa de estudo que fornecia para Guiné, mandou de volta todos os estudantes guineenses que ali se encontravam.

As primeiras eleições democráticas tiveram lugar em 1994 com oito (8) candidatos à presidência da República: João Bernardo Vieira (PAIGC); Carlos Domingos Gomes (PCD); Domingos Fernandes Gomes (RGB - Movimento Bafatá); Koumba Yala (PRS); Bubacar Djaló (UM); Antonieta Rosa Gomes (FCG); François Kankoila Mendy (FLING) e Vitor Saúde Maria (PUSD).

De acordo com a Comissão Nacional das Eleições (CNE), João Bernardo Vieira (PAIGC), Presidente no momento saiu vitorioso com 52% dos votos, contra 48% de Kumba Yalá candidato do Partido da Renovação Social (PRS).

Durante esse governo o país ainda enfrentava algumas dificuldades mesmo com a ajuda que recebia da comunidade internacional.

No dia 7 de junho de 1998 foi desencadeado um golpe de estado contra o presidente João Bernardo Vieira (Nino) encabeçado pelo Brigadeiro General Ansumane Mané que alegava melhores condições para as forças armadas e o combate a tráfico de armas do qual foi acusado pelo Nino Vieira.

Esse conflito durou onze (11) meses de muitas perdas e destruições (*ver figura 1 do anexo*), sendo um dos acontecimentos que marcou profundamente a sociedade guineense.

Nos últimos anos o país vem sendo marcado por varias instabilidades políticas e militares, que acabam dificultando a melhoria do bem estar social e os próprios governos eleitos democraticamente.

Para alguns críticos como Lopes (1982), o centro de gravidade do poder político na Guiné-Bissau assenta, na ligação entre as Forças Armadas Revolucionária do Povo (FARP) e o próprio PAIGC. Mesmo separado publicamente, a FARP ainda não deixa perder o vínculo com aquele que foi o movimento *sui-generis* para a sua fundação. O elo entre os dois acaba afetando toda a sociedade guineense, culminando assim nas sucessivas instabilidades e impasses que o país vem enfrentando ao longo dos últimos anos. Devido a essas instabilidades e o aumento da crise social, vários parceiros internacionais acabam por cancelar as cooperações ou acordos estabelecidos, agravando a situação econômica e financeira do país.

2.4 Política externa do Brasil

O Brasil tem um laço forte que o liga a África, a sua relação com o continente iniciou com a chegada dos escravos que eram trazidos dos diferentes países africanos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar durante o século XVI e depois para o cultivo do café.

Com o passar do tempo essa relação escravista passou a ter um caráter também político, alguns missionários, funcionários da marinha brasileira entre outros técnicos iam para África estabelecer suas relações comerciais, sociais assim como políticos e culturais com os colonizadores na época.

A política externa brasileira teve que ser reajustada para que o continente africano tivesse uma presença mais notável nesse contexto.

Na época da PEI, o Brasil teve um desempenho maior, desfavorável ao colonialismo. Por outro lado, o esforço brasileiro perante a independência dos países africanos era um jogo político, porque cada país independente com quem já se vinculavam relações correspondia a um voto a mais na ONU.

As razões para o redirecionamento da política externa para África eram muitas: a necessidade de conquista de novos mercados para os produtos manufaturados brasileiros; o aquecimento das relações com os países produtores de petróleo; mais diálogo e apoio das jovens nações em temas de interesse mútuo e melhor articulação de posições nos fóruns multilaterais. (SILVA, 2008)

O Brasil estava-se afastando do sistema colonialista, e buscava outros objetivos para seu crescimento por meio de uma aproximação com a África e a América Latina.

A preocupação brasileira era ganhar reconhecimento internacional, autonomia e um crescimento econômico significativo para chegar à condição de uma grande potência, então era preciso também formular uma política externa voltada ao desenvolvimento interno e externo. É nesse âmbito que continente africano entra na formulação dessa política externa.

Já no século XX o Brasil começou a construir um novo padrão de relacionamento com a África através de uma política de reaproximação Sul-Sul visando o desenvolvimento de ambos. Nesse sentido Saraiva (2011), coloca que o continente africano tem peso histórico na formação nacional e faz parte dos cálculos da política exterior do Brasil no novo xadrez internacional do mundo pós-Guerra Fria.

Rizzi (2012), afirma que a cooperação Sul-Sul, base da política externa brasileira de 2003 á 2010, retomou o fundamento político da ação externa cooperativa ao revisar a política ativa de desenvolvimento, com defesa do multilateralismo e das instituições democráticas.

A partir do governo Lula a África ganhou um papel de destaque na política externa brasileira, o Brasil reforçou os seus laços com a África através do desenvolvimento de uma diplomacia ativa e afirmativa dando uma ênfase a cooperação Sul-Sul, (VIZENTINI, 2010). Durante esse governo houve uma reformulação significativa na condução de sua política externa, seguindo um novo caminho em busca do desenvolvimento contínuo, reconhecimento internacional e uma maior integração com os países em desenvolvimento.

Foi assumido um outro padrão no cenário internacional dando uma ostentação para o cone sul, criando oportunidades para esses países e deixando claro o seu objetivo de cooperar e promover o crescimento econômico e implementação de projetos através da cooperação técnica.

No âmbito comercial foram assinados vários acordos comerciais e econômicos com os países africanos, esta tendo um crescimento acelerado de empresas brasileiras no mercado africano principalmente nos países como a África do Sul, Nigéria, Moçambique, Angola entre outros.

Do ponto de vista de alguns escritores, o Brasil deve aproveitar esse momento para renovar e criar novos padrões de relacionamento visando o fortalecimento econômico de ambos.

A crise econômica demonstrou, por um lado que o mercado africano é importante ao Brasil e por outro que novas estratégias devem ser elaboradas para que o país continue a fortalecer seus laços econômicos com o continente (ITAMARATY, 2010).

O Brasil recebeu da África importante legado, que deve ser reconhecido e valorizado. E ainda partilham uma serie de interesses comuns que podem ser observados através dos últimos indicadores da intensificação do relacionamento Brasil-África respectivamente no Setor do Comercio, o intercâmbio entre o Brasil e o continente representa 7% do comércio exterior brasileiro. E ainda houve um grande crescimento a nível deste setor. Em 2002 o comércio exterior do Brasil com o continente era de US\$ 5 bilhões passando para US\$ 6 bilhões em 2003; US\$ 10,4 bilhões em 2004 e US\$ 12,6 bilhões em 2005. Atingindo US\$ 15, 556 em 2006; e, quase US\$ 20 bilhões em 2007 (PIMENTA 2008; FIGUEIRA 2002 *apud* CABRAL, 2012).

Ao mesmo tempo estão desenvolvendo programas de acordo com os desafios e as demandas desses países reforçando assim sua cooperação no continente.

Tabela 1- Evolução do Comércio Brasil-África/ 2002-2009/US\$MIL

Ano	Exportações			Importações			Resultados	
	Valor	Var.	Part.	Valor	Var.	Part.	Saldo	Intercâmbio
2002	2.363.341	18,82	3,91	2.675.613	-19,67	5,66	-312.272	5.038.953
2003	2.862.004	21,1	3,91	3.291.175	23,01	6,81	-429.171	6.153.179
2004	4.247.699	48,42	4,39	6.183.473	87,88	9,84	-1.935.774	10.431.172
2005	5.981.354	40,81	5,05	6.656.665	7,65	9,04	-675.311	12.638.018
2006	7.455.879	24,65	5,41	8.110.811	21,84	8,88	-654.932	15.566.691
2007	8.578.222	15,05	5,34	11.346.725	39,9	9,41	-2.768.503	19.924.947
2008	10.169.567	18,55	5,14	15.761.124	38,9	9,11	-5.591.557	25.930.691
2009	8.692.380	-14,53	5,68	8.465.581	-46,29	6,63	226.799	17.157.961
2010	5.548.924	-3,16	4,4	7.568.305	50,37	6,61	-2.019.381	13.117.229

Fonte: MDIC-Elaboração DAF-I.

A criação do IBAS foi um passo a frente no que diz respeito ao encaminhamento de uma política externa voltada a cooperação Sul-Sul, dentro dessa iniciativa o governo trabalha e formaliza um objetivo comum para países em desenvolvimento que é mudar as diretrizes do sistema que vai os propiciar e projetá-los como líderes regionais.

Segundo (SOKO, 2007), IBAS tem sido a ambição de alterar o equilíbrio de poder entre as nações desenvolvidas e as em desenvolvimento através da democratização dos órgãos de tomada de decisão, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e as instituições de Bretton Woods, desenvolvendo alternativas para o modelo contemporâneo de globalização, concretizando o ideal de promover os interesses econômicos e sociais do sul.

O presidente Lula no seu mandato visitou vários países africanos e foram abertas novas embaixadas brasileiras no continente, além de perdoar as dividas externa que tinham com o Brasil.

Trata-se de um recurso de política externa que se projeta em um duplo sentido; junto à comunidade internacional como uma forma de ampliar o reconhecimento e a capacidade de influencia do país em negociações globais, no relacionamento com o mundo em desenvolvimento como um atributo que reforça laços políticos e sinergias Sul-Sul (HIRST, 2012).

Alguns escritores colocam que o papel que África desempenha atualmente na política externa do Brasil não passa de uma política africanista dos anos 70 por aí, caracterizado pelo terceiro mundismo sem benefícios. Pode até não ser uma colaboração benéfica em todos os sentidos, mas mesmo que seja de uma forma direta ou indireta a África contribuiu para a formação do Brasil, a posição brasileira no continente é

diferenciada de alguns países que chegam com propostas e acordos que na maioria das vezes só beneficiam a eles mesmos a posição brasileira no continente é recíproca, porque desenvolvem projetos, ajudam na construção de edifícios perdidos, educação e saúde, mas, se for ver por outro ângulo tudo isso não passa de um jogo de interesse, essa atitude brasileira é uma forma de obter apoio desses países para engrandecer a sua projeção internacional e favorecer seu interesse político e social.

Segundo a autora Iris Amâncio (2008), o fator determinante do entusiasmo brasileiro pela África são os ventos de renovação política e institucional que estão arejando aquelas sociedades. Embora de forma desigual o continente vem passando por profundas transformações que começam a assentar as bases para o novo ciclo de estabilidade e dinamismo (AMANCIO, 2008, p. 24).

3 COOPERAÇÃO

A cooperação pode ser considerada um alicerce para o relacionamento dos países, com o princípio de atingir ideais comuns, auxílio mútuo e solução de problemas levando em consideração as diferenças. Embora houvesse menos diligência ou iniciativas de cooperação durante a primeira Guerra Mundial, esse termo surgiu logo nos fins da segunda Guerra.

Ao longo deste conflito, alguns países da Europa saíram devastados, com uma enorme carência de ajuda externa, o que possibilitou o engajamento dos outros países nessa causa a fim de apoiarem os mais necessitados.

O primeiro momento dessa iniciativa era denominado de assistência, no qual veio a ser mudado em 1959, para o termo cooperação.

Em 1944 já podia ser visto as primeiras iniciativas de auxílio aos países europeus devastados pela Guerra, principalmente a partir da conferência de Bretton Woods. Esse fato foi de extrema relevância para o progresso da cooperação internacional, dando efeito para o surgimento de novas políticas para o desenvolvimento do próprio tema.

Atualmente esse conceito está se tornando cada vez mais um instrumento relevante nas sociedades e no mundo, uma vez que no passado abrangia mais questões adjutórias.

Segundo Ayllón (2006), não existe uma única definição de “cooperação ao desenvolvimento”, uma vez que o termo não possui validade para todo tempo e lugar. Esse conceito sofreu alterações em função do pensamento, das políticas e dos valores presentes nas relações Norte-Sul, e dos acontecimentos históricos que influenciaram decisivamente a sua interpretação (AYLLÓN, 2006, p. 9).

A cooperação hoje abarca vários assuntos, como a solidarização, troca de conhecimento, solução de impasses e o crescimento das nações. Ela é um processo duradouro de trocas e retribuições, quando for orientado com clareza, deixando de lado as oportunidades individuais. Carvalho (2007) descreve que a cooperação não deve ser vista como um ato de caridade e gasto por parte dos doadores, ou seja, receber sem dar em troca como é percebido por alguns, mas sim ela deve ser compreendida como um investimento de interesses (CARVALHO, 2007, p. 2).

Conforme Iglesia (2005) a cooperação deve ser entendida como um conjunto de ações e relações existente entre os países, a fim de aperfeiçoar os seus programas, intercâmbio de modo a contribuir para a qualidade de vida e o futuro das populações.

As práticas cooperacionais baseam-se principalmente na cooperação vertical e cooperação horizontal, tendo foco em diversas regiões de acordo com as suas prioridades.

A primeira é fundamentada pelas ligações estratégicas com os países do Norte e Sul, e a segunda é fortalecida pelas alianças dos países do polo Sul, principalmente para os em via de desenvolvimento, por onde, vem se fortificando desde os anos 1978 nos mais diversos campos de atuação (PECEQUILO, 2008, *apud* SILVA; ANDRIOTTI 2012,72).

Afirma Ayllón (2006), que a cooperação ao desenvolvimento pode ser entendida como um conjunto de intervenções de caráter internacional orientada à troca de experiências e recursos entre os países do Norte e do Sul para atingir metas comuns baseadas em critérios de solidariedade, equidade, eficácia, interesse mútuo, sustentabilidade e coresponsabilidade (AYLLÓN, 2006, p. 7).

Por outro lado, Rodrigues (2010) aponta como alvos da cooperação Sul-Sul: a parceria dos países em desenvolvimento nas atividades comuns, busca de solução para os problemas enfrentados nessa região, consenso nas decisões visando o crescimento e amenização das desigualdades no sistema internacional e a melhor inserção nesse contexto (RODRIGUES, 2010 *apud* SILVA; ANDRIOTTI, 2012 p. 72).

A orientação dessa cooperação para o desenvolvimento como uma prática das Relações Internacionais foi uma proposta dos países hegemônicos depois da guerra. Essa cooperação Sul-Sul foi uma alternativa que os países em desenvolvimento viram para alcançar um desenvolvimento autônomo. Esta ação está se tornando cada vez mais significativa para o crescimento, assim como contribui para a aproximação e retomada das relações mais igualitárias nas políticas e decisões que os envolvem (BERNDT, 2009). Ainda sustenta Ayllón (2006) que,

a finalidade primordial da cooperação ao desenvolvimento deve ser a erradicação da pobreza, do desemprego e da exclusão social. Deve procurar o aumento permanente dos níveis de desenvolvimento político, social, econômico e cultural nos países do Sul. Além do mais, as atuações da cooperação ao desenvolvimento situam-se no quadro mais abrangente das relações internacionais, das quais, constituem âmbito específico, estando dirigidas, principalmente, à melhora das condições de vida da população dos países com baixa renda (AYLLÓN, 2006, p. 5).

No que diz respeito à diplomacia brasileira, a cooperação com a África no passado, não era prioridade para o Brasil. A sua relação se inclinava mais para os países pertencentes a Europa e com a América do Norte (EUA). Nesse momento, o Brasil não tinha nenhum interesse estratégico que o ligava com o continente africano, uma vez que só viam nesse, o fracasso, a desvalorização e a falta de capacidade para se fazer presente no cenário mundial (SARAIVA, 2001).

Mas atualmente, a cooperação horizontal é a que mais está ganhando espaço na política de cooperação brasileira, devido ao patamar de desenvolvimento que alguns Estados africanos estão alcançando na nova conjuntura mundial, apresentando uma participação mais ativa nessa esfera.

A África do Sul e a Nigéria são exemplos dessa nova realidade, estes países estão fortificando cada vez mais suas relações com as grandes potências, devido as suas notáveis projeções e poder de aquisição de grandes recursos.

3.1 Conjuntura Política Atual da Guiné-Bissau

A maior parte das causas que originaram a atual conjuntura política guineense está resumida no seu passado, onde teve os primeiros golpes de estado motivados pela discordância política, fraude, ganância e vingança por parte dos dirigentes deste país. Estes são fatos que perduraram e ainda hoje podem ser vista os traços dessa falha política na Guiné-Bissau.

O primeiro golpe de estado na Guiné-Bissau foi em 1980 dirigido por João Bernardo Vieira (Nino). Esse golpe foi o principal motivo que pôs fim nas iniciativas de Unidade entre Cabo-Verde e Guiné- Bissau.

Cinco (5) anos mais tarde ocorreu o famoso caso de *17 de outubro* onde foram assassinados o vice-presidente do conselho da revolução e mais seis (6) oficiais das Forças Armadas guineenses acusados de tentativa de golpe de estado em 1985.

A partir dos anos 1990 a Assembleia Nacional Popular (ANP) mudou a Constituição da República, por onde, a Guiné-Bissau passou a ser um Estado de direito com um sistema multipartidário, no qual o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) deixou de ser o único partido da Guiné.

O país aderiu a União Econômica Monetária do Oeste Africano (UEMOA) em 1997, e a moeda nacional (Peso) foi trocada pelo *Franco CFA* (Franco da Comunidade Financeira Africana). Logo nesse ano, já podia ser notado algumas mudanças políticas e econômicas, resultando em um importante crescimento financeiro na Guiné-Bissau.

O Golpe de Estado de 7 de Junho de 1998 encabeçado pela Junta Militar, que tinha como a figura principal o Brigadeiro Ansumane Mané, acabou por interromper esses avanços e conquistas. Esse conflito só teve seu fim com a saída do presidente João Bernardo Vieira (Nino), após onze (11) meses⁶ de uma guerra incansável que deixou a capital guineense devastada.

No ano de 2000 depois das eleições presidenciais com a vitória do Kumba Yala, foi formado um governo liderado pelo Primeiro Ministro Caetano Intchama, através de uma aliança entre o Partido da Renovação Social (PRS⁷) e a Resistência da Guiné-Bissau (RGB). No ano seguinte, sob um decreto presidencial, o Presidente Kumba Yala, exonerou o Primeiro Ministro, pondo um fim na coligação dos dois partidos. Nomeando no seu lugar o Faustino Fudut Imbali que também foi demitido nove meses depois, cedendo o lugar para Alamara Intchia Nhasse.

Ainda em 2000 foi morto o Brigadeiro Ansumane Mané, pelos próprios companheiros da Junta Militar, que ficaram revoltados por ele ter retirado publicamente os patentes promovidos pelo Presidente Kumba Yala aos altos oficiais das Forças Armadas, alegando que este iria aumentar as despesas publicas.

O Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) cancelaram todo o financiamento e ajudas que prestavam ao Estado guineense por causa do sumiço no tesouro publico de uma grande quantia de dinheiro pertencente ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento (FAD).

Houve a dissolução da Assembleia Nacional Popular (ANP) guineense pelo presidente Kumba Yala em 2002, criando o seu próprio governo dirigido pelo Primeiro Ministro Mario Pires. Um ano depois, o Presidente Kumba Yala juntamente com o seu Governo foram derrubados por um Golpe de Estado desencadeado pelos militares em 14 de setembro de 2003. Foi formado um governo de transição através da carta de transição política, com o consentimento de todos os partidos políticos, por onde,

⁶ 7 de junho de 1998 à 7 de Maio de 1999.

⁷ PRS- Segundo maior partido da Guiné-Bissau.

Henrique Perreira Rosa foi eleito como Presidente e Artur Sanhá como o Primeiro Ministro de transição.

Teve uma nova eleição legislativa em 2004, por onde o Carlos Gomes Junior com a maioria dos votos saiu vitorioso como Primeiro Ministro. Cinco meses depois o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) Veríssimo Correia Seabra foi assassinado pelos militares, na justificativa de que este não cumpriu o combinado de pagamento referente ao serviço prestado na Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL). Em decorrência de assassinato do Veríssimo foi nomeado um novo Chefe de Estado Maior, o Major Batista Tagme Na Wai.

Após o exílio em Portugal, o ex-presidente João Bernardo Vieira que foi derrubado no conflito político militar de 7 de junho de 1998, regressou ao país para se candidatar de uma forma independente nas eleições presidenciais, derrotando assim o seu adversário Malam Bacai Sanhá (candidato do PAIGC) na segunda volta das eleições. Com o apoio dos partidos políticos através de uma manifestação do Fórum de Sensibilidade, o Presidente Nino derrubou o Governo do Primeiro Ministro Carlos Gomes Jr. (PAIGC), designando para o seu cargo Aristides Gomes, que veio a abandonar a função em 2007. E assim, o PAIGC juntamente com os outros partidos políticos reivindicaram o cargo, obrigando o Presidente Nino Vieira a nomear Martinho Ndafo Cabi como Primeiro Ministro.

Foi assinado no Parlamento guineense a lei de anistia para os golpes de estados que ocorreram desde 1980 até os anos 2004.

Na história da recente democracia guineense, pode se ver que nenhum governo eleito democraticamente conseguiu terminar o seu mandato devido aos vários Golpes de Estado e impasses políticos que o país já presenciou. E na constituição da República do país, existe um dispositivo constitucional que impede a tomada do poder pelos militares, mesmo se for, nos casos de Golpe de Estado. Só que este nunca foi respeitado (GOMES, 2012).

Quadro 1. As Principais instabilidades políticas e militares na Guiné-Bissau (1980-2010).

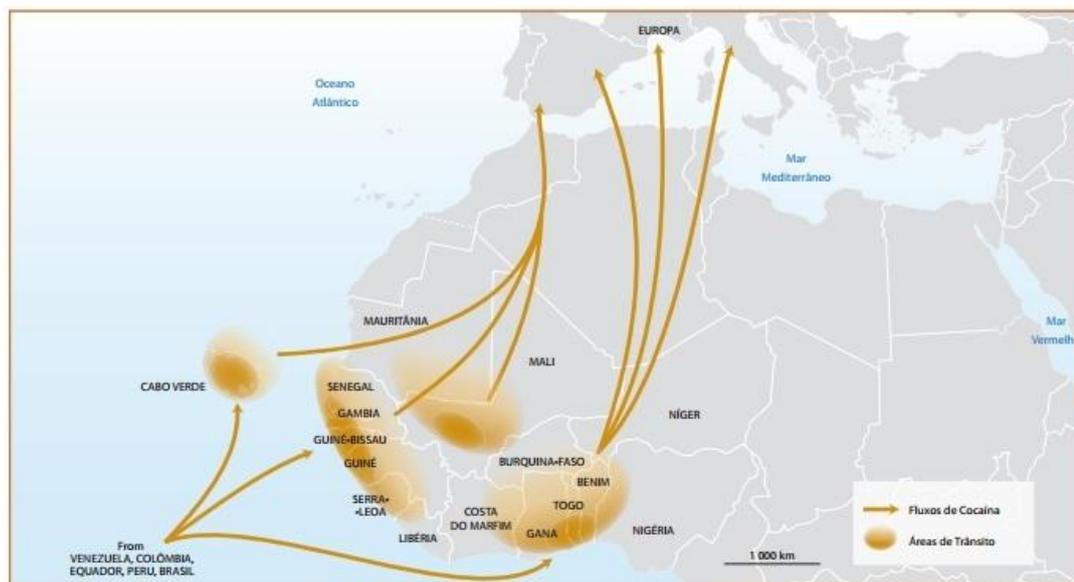
Ano	Acontecimento
1980	Golpe do Estado 14 Novembro (Movimento Reajustador)
1986	Tentativa de Golpe do Estado “ caso 17 de Outubro “
1998	Conflito Militar 7 de Junho
2000	Assassinato de CEMGFA Ansumane Mane
2001	Demissão do Primeiro Ministro Caetano N´tchama
2001	Demissão do Primeiro Ministro Faustino Imbali
2002	Demissão do Primeiro Ministro Alamara N´hassé
2003	Demissão do Primeiro Ministro Mario Pires
2003	Golpe do Estado Presidente da República Kumba Yalá
2004	Demissão do Primeiro Ministro Artur Sanha
2004	Assassinato de CEMGFA Veríssimo Seabra
2005	Demissão do Primeiro Ministro Carlos Gomes Jr.
2007	Demissão do Primeiro Ministro Aristides Gomes
2008	Demissão do Primeiro Ministro Martinho N´dafa Kabi
2008	Demissão do Primeiro Ministro Carlos Correia
2009	Assassinato CEMGFA Tagme na Waie
2009	Assassinato do Presidente da República Nino Vieira
2009	Assassinato do Ex.Dep. Cand.Presidencial Baciro Dabó
2009	Assassinato de Ex-Ministro de Defesa Helder Proença
2010	Prisão do CEMGFA Zamora Induta

Fonte: Cabral, 2011.

Nos últimos anos, as sucessivas instabilidades e situação atual do país vêm facilitando o seu uso pelas grandes redes de tráficos internacionais como sendo a rota de transito de drogas para o mercado europeu. E essa situação acaba preocupando a Comunidade Internacional, no combate a este tipo de crime organizado.

Recentemente os EUA acusaram o General Ibraima Papa Camará e o Contra Almirante José Américo Bubo Na Tchuto, de envolvimento no tráfico de drogas, que posteriormente, foi detido em águas internacionais, ambos tiveram seus bens congelados.

*Mapa sobre fluxos de Cocaína Oriunda dos ANDES para a Europa através da África Ocidental*⁸.



Fonte: UNODC, 2013.

Devido a estes entraves políticos, o FMI e a Associação Internacional do Desenvolvimento (AID) chegaram a um consenso de absolver uma parte da dívida externa guineense, tendo em conta a sua situação, com a necessidade de ser incluída na Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados (HIPC).

No quadro da Reforma no Setor de Defesa e Segurança, a Angola e Guiné-Bissau assinaram um acordo de cooperação bilateral denominado MISSANG (missão angolana) para a permanência de 270 policiais e militares angolanos na Guiné-Bissau, a fim de apoiarem as Forças Armadas guineenses para a concretização da reforma.

No início do ano 2012, com a morte do Presidente da República Malam Bacai Sanhá vítima de doença, foi nomeado com base na Constituição da República o Presidente da ANP Raimundo Pereira como o Presidente Interino do país, enquanto aguardavam as eleições para eleger um novo chefe de Estado.

As eleições presidenciais tiveram lugar no dia 18 de março de 2012, dois meses depois da morte do presidente. O então Primeiro Ministro Carlos Gomes Jr. se candidatou para o cargo, por onde saiu na primeira volta com 49% dos votos, contra o seu adversário Kumba Yala com 23%, que recusou de participar da segunda volta.

⁸ Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/West_Africa_TOCTA_2013_PT.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2013.

Juntamente com mais três (3) candidatos exigiram a recontagem dos votos com o pretexto de fraude e intransparência por parte da Comissão Nacional das Eleições (CNE).

A situação política veio a agravar-se ainda mais em decorrência do Golpe de Estado de 12 de abril de 2012, por onde os militares derrubaram o governo de Carlos Gomes Junior, exigindo a retirada da MISSANG, justificando que estes estariam preparando um ataque para destituir as forças armadas guineenses a mando do Primeiro Ministro Carlos Gomes Junior. Durante esse Golpe, tanto o Primeiro Ministro, assim como o Presidente Interino foram presos pelos militares.

Perante essa situação, a Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP) exigiu o restabelecimento da ordem constitucional, uma vez que as eleições não chegaram ao fim. E na tentativa de mediar o impasse, a CEDEAO determinou a criação de Governo de Transição com a duração de um ano, a fim de que sejam preparadas novas eleições.

Na formação do Governo de Transição foi indicado pelo cargo do Presidente da República o vice Presidente da ANP Manuel Serifo Nhamadjo e como Primeiro Ministro interino Rui Duarte de Barros.

A ONU por seu lado apela os mesmos ideais da CPLP baseando na solução pacífica e manifesta através do seu Conselho de Segurança sua aflição em relação ao crescimento do tráfico de drogas e seus riscos para o Estado Guineense.

3.2 Agencia Brasileira de Cooperação (ABC)

Agencia Brasileira de Cooperação (ABC) é uma agencia criada pelo governo brasileiro para dar continuidade, aprofundar e trabalhar especificamente na administração das atividades de cooperação técnica do Brasil com os demais países principalmente da Ásia e África.

Através dessa agencia o Brasil vem adotando várias políticas, e implantando projetos com os países nas diferentes áreas como a saúde, Educação, Agricultura, e na formação de profissionais especializados em responder as diferentes demandas presente nessas nações e no mundo.

O novo posicionamento do Brasil com o continente africano vem na ótica dos novos interesses e oportunidades que este vem lhe proporcionando para um futuro estratégico no novo cenário mundial.

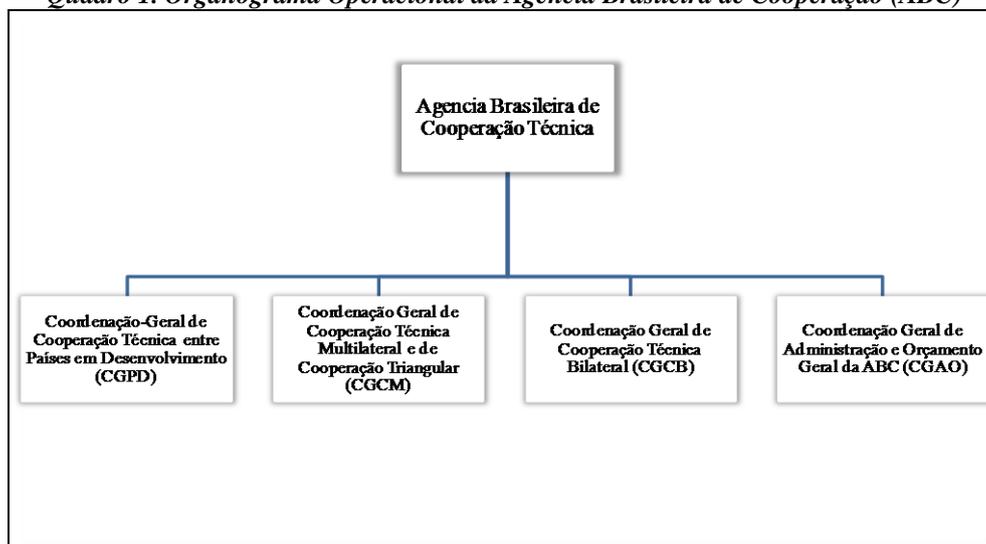
Em setembro de 1987 foi criada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), ligada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) por meio do decreto Nº 94.973, específica em cooperação técnica internacional. Com o objetivo de planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações (ABC; MRE 2012).

As atividades de cooperação atualmente realizadas pela ABC eram as funções desempenhadas pela Divisão de Cooperação Técnica e pela Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN).

De acordo com MRE (2012), a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) no âmbito do MRE - representou um avanço no sentido de dotar o País de uma Agência especializada em CTI, unificando as funções técnica e de política externa; não obstante, persistiu a necessidade de proceder-se à estruturação definitiva no modelo institucional adotado (ABC; MRE 2012).

Conforme LOPES (2008), a função da ABC está dividida entre a Cooperação Técnica recebida e a Cooperação Técnica prestada, conforme mostra o quadro embaixo.

Quadro 1. Organograma Operacional da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)



Fonte: Elaboração própria cf.em ABC,2012.

3.3 Intensificação da Cooperação

Após o reconhecimento brasileiro da independência de Guiné-Bissau em 1974, os dois países passaram a ter uma aproximação no âmbito da cooperação internacional com a assinatura de acordos e visitas das referidas delegações.

De acordo com Silva e Andriotti (2012), o aumento das relações do Brasil com os novos eixos antes explorados principalmente no âmbito Sul-Sul, se mostra como uma forma de expansão das suas relações referente ao passado em que não perseguia com tanta força a criação de relações com países que estivessem fora do seu eixo tradicional (SILVA e ANDRIOTTI, 2012). Essa cooperação se intensificou ainda mais com a entrada do presidente Lula, que priorizou o continente africano na agenda da política externa brasileira. O que pode ser notada durante o Governo Lula (2003-2010), por meio de mudanças em várias diretrizes da cooperação, tanto no âmbito político econômico e social.

No caso da Cooperação existente entre Brasil e Guiné-Bissau, percebe-se que ao longo dos últimos anos, essa cooperação vem se estreitando cada vez mais, principalmente nos anos de 2004, para frente, momento marcado na política interna guineense por várias crises provocadas pela instabilidade política e militar. Desde então, tornou-se prioritária pelo governo local, a necessidade de uma cooperação mais intensa, por onde enxergava o desenvolvimento na parceria com outros países nas áreas de seus interesses.

Durante os anos de 2005 a 2007, o Brasil recebeu a visita de vários representantes guineenses inclusive do ex-presidente da república João Bernardo Vieira (Nino), que no meio da estadia reforçou a cooperação entre os dois países.

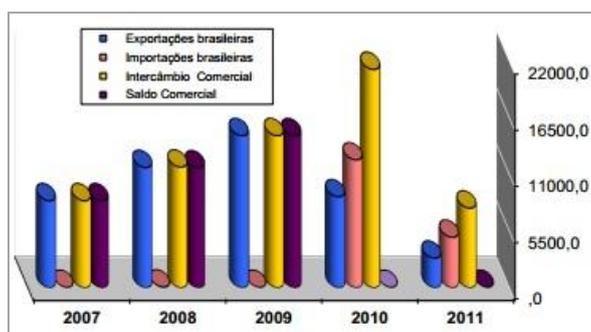
Conforme Silva e Andriotti (2012), a cooperação Sul-Sul não visa substituir as relações entre o Brasil e os países desenvolvidos. Por outro lado complementaria as relações existentes com os EUA e a União Europeia, tendo em conta o limite de alcance das oportunidades e do acesso ao mercado desses países, enquanto que, as relações com os países em via de desenvolvimento culminam em futuras estratégias e oportunidades (SILVA; ANDRIOTTI, 2012, p. 75).

No ano de 2008 o Brasil perdoou a dívida da Guiné-Bissau no valor aproximado de trinta e quatro milhões de dólar (US\$ 34 milhões), como uma forma de retribuir ao apoio guineense na sua candidatura para o membro permanente do conselho de segurança das Organizações das Nações Unidas (ONU) (ITAMARATY, 2008).

As estratégias de cooperação Sul-Sul utilizadas pelo Brasil são do âmbito bilateral e multilateral. No âmbito de mecanismos multilaterais foi feita uma aproximação com os países do Sul tendo como destaque as negociações ocorridas por meio da Organização Mundial do Comércio (OMC), e a nível bilateral foi afirmado acordos em termos individuais (SILVA; ANDRIOTTI, 2012).

Como mostra os dados do MRE (2013), a Guiné-Bissau foi o 162º parceiro comercial brasileiro em 2012. Durante os anos de 2008 e 2012, o intercâmbio comercial existente entre os dois países caiu 8%, no valor de US\$ 8,4 milhões para US\$ 7,7 milhões. Por outro lado, o saldo da balança comercial mostrou-se favorável ao Brasil entre 2008 e 2010, apresentando o déficit para o lado brasileiro em 2011 e 2012. Só em 2012, o déficit brasileiro com o país foi da ordem de US\$ 2 milhões (MRE/DPR/DIC, 2013).

Gráfico 1. Evolução do Intercâmbio Comercial entre o Brasil e Guiné-Bissau (Us\$ mil, fob).



Fonte: MRE/DPR/DIC, 2013.

Segundo Itamaraty (2010a), existem três (3) tipos de negócios feitos pelas empresas brasileiras no continente africano: *extração de recursos naturais, exploração das oportunidades dos mercados nacionais (ou regionais), e construção de grandes obras públicas* entre os quais se destaca as construções de estradas, usinas de energia, centros hospitalares... Ainda sustenta que,

durante o governo Lula, observou-se um crescimento substancial das relações econômicas entre o Brasil e o Continente Africano: não só o comércio aumentou como também a atuação das empresas brasileiras foi mais intensa. Em que pese a importância do contexto econômico mundial, com o aumento do peso dos países emergentes, o fortalecimento das relações econômicas esteve também relacionado à política externa adotada pelo governo Lula, que buscou privilegiar as relações com os países africanos. Para cumprir com esse objetivo, instrumentos legais foram instituídos, políticas elaboradas e diversos órgãos governamentais se envolveram (ITAMARATY, 2010a, p. 1).

O campo científico-tecnológico entre o Brasil e o resto do continente, ganhou relevância a partir do lançamento do Programa de Cooperação Temática em Matéria de

Ciência e Tecnologia (PROÁFRICA), administrado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia brasileira (SILVA; ANDRIOTTI, 2012). O objetivo do programa é financiar e apoiar projetos de pesquisas em parceria com os profissionais africanos na área de ciência e tecnologia.

No âmbito da cooperação técnica, científica e educacional foram assinados acordos bilaterais, como o Memorando para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas, programas de melhoramento da Educação Superior e da administração pública na Guiné-Bissau.

O Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau (CCBGB) é um dos espaços que permite a difusão do conhecimento e a aproximação da cultura dos dois países.

Os principais projetos desenvolvidos entre o Brasil e a Guiné-Bissau são:

➤ Na área educativa foi assinado o memorando de entendimento em educação superior com o intuito de ajudar na reforma da Universidade Amilcar Cabral e no estagio de professores guineenses para o Brasil. Foram enviados quarenta e dois (42) estudantes para formação na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) que mantém um acordo de formação universitária com o governo da Guiné-Bissau.

Está em andamento um projeto denominado jovens lideranças para a multiplicação de boas praticas sócio-educativas, financiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Agencia Brasileira de Cooperação (ABC), Instituto Elos e outras instituições brasileiras. O objetivo deste projeto é criar uma escola de ensino fundamental em São Paulo que permita a realização de atividades esportivas e culturais com ajuda e participação da Associação Amizade e da Secretária de Cooperação Internacional vinculada ao Ministério de Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau.

➤ No setor de saúde o governo brasileiro está fortalecendo a habilitação técnica dos estabelecimentos para melhor atender as vitimas de violência de gênero (mulheres e adolescentes) e no combate a HIV/AIDS através de tratamentos com antirretrovirais fornecidos pelo Brasil.

Foi assinando em 2010 um ajuste complementar para o fortalecimento das capacidades de resposta por parte da Guiné-Bissau referente ao contágio do HIV e auxiliar na inovação das atividades do setor de saúde com apoio do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP).

➤ No setor Agrícola o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) juntamente com o Ministério de Agricultura e do Desenvolvimento Rural da Guiné-Bissau estão financiando um projeto para o crescimento da pecuária, agricultura e serviços para as zonas rurais. O foco deste projeto é modernizar o trabalho agrícola (cultivo do arroz, frutas e criação de animais), recuperação de campos de lavoura, fornecimento de energia para hospitais e escolas.

Foram capacitados quatro mil e quinhentos (4.500) camponeses, este projeto foi implantado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ainda em 2010 o ex-presidente Malam Bacai Sanhá, durante a sua visita no Brasil assinou o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesca e Agricultura, com a finalidade de fomentar a troca de experiências e do conhecimento científico nas áreas de pesca e agricultura.

➤ No setor de Defesa e Segurança, o departamento da Polícia Federal com apoio do Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), executou o Centro de Formação das Forças de Segurança Brasil e Guiné-Bissau financiado no valor de três milhões (US\$3.000.000), pela ABC. Esse centro irá permitir a formação das forças da Guiné-Bissau como a Guarda Nacional, Polícia Judiciária, Polícia de Ordem Pública e Serviço de Informação e Segurança.

A Polícia Federal do Brasil formou um grupo de policiais guineenses que irão fazer parte do grupo de polícias, instrutores e gestores desse centro de formação para próxima turma a ser capacitada.

Os profissionais brasileiros também estão trabalhando com o propósito de realizar a reforma no setor de defesa e segurança, e ainda participam dos projetos de apoio as estruturas das forças armadas da Guiné-Bissau (*ver figura 2 do anexo*).

O Brasil oferece vagas para a formação de jovens guineenses nas academias militares das forças armadas e formação da marinha mercante. As referidas vagas são oferecidas anualmente.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está auxiliando o Instituto Nacional de Estatística (INE-GB) no recenseamento, digitalização e publicação de dados com o apoio do Programa das Nações Unidas para a População (UNFPA).

A ABC juntamente com o PNUD, apoiam e investem na instalação de centro de inclusão digital na capital guineense.

Por outro lado, o Itamaraty vem auxiliando no envio de diplomatas dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para formação no Instituto do Rio Branco.

Em 2010, o governo brasileiro fez uma doação de US\$ 100mil para a realização do projeto piloto em 16 escolas através do programa Estratégia de Implementação, supervisionado pelo Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciências, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau em parceria com o Programa de Alimentação Mundial (PAM).

Maior parte desses projetos não foram concluídos em virtude dos últimos acontecimentos do golpe de estado de 12 de Abril de 2012, ocasionando o rompimento de relações do Brasil com a Guiné-Bissau. O governo brasileiro por seu lado vem exigindo a reposição da ordem nacional guineense, a fim de dar continuidade nas relações, para serem concretizados os planos de desenvolvimento para o alcance do nível de crescimento em todos os setores.

Muitas vezes, os Estados como atores principais do cenário mundial, se relacionam uns com os outros independentemente das suas diferenças ideológicas e de regimes políticos, a não ser quando essas são consideradas intransponíveis (LIVRAMENTO, 2010).

4 A COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica é um fator que auxilia no desenvolvimento social e econômico dos países, principalmente daqueles que buscam inserção no contexto mundial. A chance dos chamados países em desenvolvimento em criarem suas próprias capacidades – tais como os povos africanos – promovendo sua autonomia, é um objetivo comum.

No entanto, é atingido esse resultado a partir de certo nível de desenvolvimento (cultural e político), por onde o seu efeito está associado ao setor da educação, serviços básicos e infraestrutura/energia, transportes, entre outros.

Historicamente, os primeiros indícios de atividades de cooperação técnica organizadas a nível internacional datam do momento de criação do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional em 1944. Em 1948 a Assembleia Geral da ONU constitui a “assistência técnica” enquanto transferência, sem visar o comércio, por meio da execução de projetos que envolvia técnicas e conhecimentos entre um país com desenvolvimento técnico mais elevado e outros que necessitam se desenvolver. Essa característica, de uma transferência vertical (de cima para baixo), em que um país presta um serviço a outro, seria reformulado no fim dos anos 1950, objetivando retirar a ideia de que a palavra *assistência* presume certa desigualdade de desenvolvimento entre os países. Esse conceito seria reformulado posteriormente para “cooperação técnica”, cujo objetivo pretendia passar uma ideia de igualdade de interesses, reciprocidade e troca entre os países nos seus diferentes níveis técnicos (BRASIL, 2012).

A nível de Relações Internacionais o mais relevante, foi o surgimento da Cooperação Sul-Sul, a denominada de cooperação horizontal. Ocorrido no contexto da descolonização da África e da Ásia, a partir dos anos de 1960, e da proposta dos países do Terceiro Mundo por uma Nova Ordem Econômica Internacional, nos anos 1970.

A partir daí, a cooperação deixou de ser exclusivamente um mecanismo de interação entre os países do Norte e Sul, e passou a existir também no sentido Sul-Sul, entre os países em desenvolvimento. Como um dos objetivos configurava a troca de conhecimentos entre os países em desenvolvimento a fim de solucionarem os problemas comuns que abrangem as diversas áreas, tais como: urbanização, meio ambiente, tratamento de lixo hospitalar, transporte, educação, saúde, etc. (OLIVEIRA; LUVIZOTTO, 2011).

Sem fins lucrativos e desvinculados os países de interesses comerciais, a cooperação técnica pretende compartilhar êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros. Por isso, antes de ser avaliada no seu aspecto econômico, deve-se avaliá-la pelos seus aspectos políticos e estratégicos (geopolítica), elementos mais decisivos para a sua relevância.

Na cooperação sul-sul, em muitos casos os países receptores aproveitam tecnologias desenvolvidas pelos próprios países do Sul, que são mais adaptáveis a países em condições semelhantes, e possuem custo menor do que as de países desenvolvidos (MRE, 2013). É importante mentalizar que a cooperação horizontal busca construir relações internacionais justas e equitativas, por meio de ações solidárias entre as nações em desenvolvimento.

Por outro lado, a Cooperação Técnica no Brasil (iniciada em 1987) teve um importante papel para o seu próprio desenvolvimento. O Brasil se beneficiou de programas de Cooperação Técnica com países desenvolvidos, visando à sua melhoria no desenvolvimento das capacidades tecnológicas e científicas. Nesse sentido, o nível de desenvolvimento alcançado pelo Brasil – beneficiado muitas vezes pelo auxílio vindo de programas de cooperação técnica, chamou a atenção de países que ainda estão enfrentando forte subdesenvolvimento nestes setores, pelo qual a experiência brasileira seria uma referencia (BRASIL, 2012).

Nas últimas décadas, com a expansão da política externa brasileira no governo Lula (2003-2010), o Brasil passou a formular programas de cooperação técnica juntamente com outros países em desenvolvimento, passando de receptor de cooperação técnica para o fornecedor. É neste caso que se destaca a cooperação técnica entre o Brasil e a maior parte dos países africanos no setor da agricultura, devido a proximidade do clima e dos produtos cultivados.

Muitos críticos questionam a relação de cooperação técnica existente entre o Brasil e o continente africano, problematizando a vantagem que este possa trazer para o desenvolvimento do Brasil, o que pode ser considerado uma análise superficial equívoca. É de se lembrar, no entanto, que os programas de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento, chamada cooperação técnica Sul-Sul, promovem soluções conjuntas entre esses países, de modo a enfrentar os mesmos problemas tanto a nível interno como externo.

Conforme Silva e Andriotti (2012), o crescimento de acordos de cooperação técnica entre o Brasil e os outros países em desenvolvimento faz parte de um plano maior da diplomacia brasileira, a qual visa construir uma imagem de liderança do Brasil nos países do Sul. Isso contribui para sua imagem e, também, para a criação de acordos preferenciais de comércio entre os países com os quais estabelece a cooperação, beneficiando a sua balança comercial referente às exportações dos produtos industriais para estes países parceiros. Pode se ver que a cooperação técnica, não visa só, melhorar as capacidades técnicas e produtivas dos países, mas também fortalece o desenvolvimento econômico e a capacidade produtiva de aumentar as possibilidades comerciais destes no cenário econômico.

De acordo com Saraiva (2001), foi criada em 1996 pelos governos de: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o objetivo principal de promover a cooperação da língua portuguesa entre os países lusófonos. Posteriormente, teve a aderência do Timor Leste em 2002.

A CPLP é o principal veículo das ações de cooperação técnica do Brasil, através da Agencia Brasileira de Cooperação (ABC) com os países africanos de língua portuguesa. Segundo Coelin (2013), a cooperação técnica é definida pela Agencia Brasileira de Cooperação, como:

a transferência de conhecimentos e experiências em bases não-comerciais, com o objetivo de promover mudanças estruturais duradouras que contribuam significativamente para acelerar o processo de desenvolvimento dos países parceiros, ao mesmo tempo capacitando-os para continuar a atuar de forma autônoma (COELIN, 2013, p. 32).

O Brasil realiza projetos de cooperação com a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) através de uma avaliação política e estratégica do interesse nacional, e do sentimento de solidariedade entre os países com os quais compartilha elementos históricos e culturais. Nesse âmbito da cooperação, o Brasil vem atuando em seguintes setores: educação, saúde, agricultura, administração pública, meio ambiente e auxílio as empresas.

Ao longo dos últimos anos, as instituições brasileiras têm somado esforços para desenvolver a cooperação técnica horizontal. Tendo como as principais instituições reconhecidas nestas áreas: a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

(SENAI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), (COELIN, 2013).

Considerando a importância do tema cooperação para a consolidação das ações da CPLP, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vem aumentando a coordenação e a concentração dos esforços empreendidos com a CPLP, de modo a superar os entraves do desenvolvimento social e econômico.

Desde a criação da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, como órgão integrante da CPLP em 2002, a ABC conseguiu formar um corpo significativo de projetos de cooperação, entre os quais destacam: os Centros Regionais de Excelência; Recursos Humanos em Saúde Pública nos PALOP e Timor Leste; Programa de Apoio à Guiné-Bissau; Cooperação Técnica em Telecomunicações; Programa de Treinamento em Cooperação Técnica Internacional e o I Encontro de Especialistas da CPLP sobre a Malária (MRE, 2013).

Quadro 1: Projetos Executados pela ABC nos países da PALOP desde 2002.

Programa de Apoio à Guiné-Bissau	Cooperação técnica nas áreas de produção de arroz, formação de inspetores e delegados regionais da Inspeção Geral do Trabalho e Segurança Social, e uma ação pontual para o aparelhamento da Faculdade de Direito de Bissau.
Cooperação Técnica em Telecomunicações	Apoio aos organismos governamentais de telecomunicação dos PALOP, através da ANATEL, na melhoria de suas estruturas regulatórias.

Fonte: Agência Brasileira de Cooperação

Podemos afirmar de que, a cooperação Sul-Sul é um dos pilares da política externa do Brasil e o país vem se destacando nas ações de transferências de técnicas e tecnologias para a África, em especial para os países da CPLP. Os projetos realizados até agora tiveram baixos custos e todos se propuseram a solucionar problemas crônicos destes países através das experiências passadas pelo Brasil.

Um dos países que gradativamente tem estabelecido uma maior relação de troca com o Brasil e objeto deste estudo é a Guiné-Bissau. Um país subdesenvolvido que está se esforçando para atingir melhores condições através de parcerias, acordos de cooperação mais eficazes entre os povos.

A parceria entre o Brasil e a Guiné-Bissau para além de ser estratégica é de grande relevância para o desenvolvimento e troca de experiências entre os dois países. Mesmo rompendo os laços de cooperação com a Guiné-Bissau, a partir do ultimo Golpe de Estado de 12 de abril de 2012, o Brasil continuou desempenhado um importante papel na luta para o crescimento dessa nação, através de cidadãos brasileiros residentes neste país, que estão levando projetos e trabalhando intensivamente em instituições, ONGs, juntamente com os nativos na busca para o aprimoramento de alguns setores que ainda são considerados precários.

Por outro lado, os dois países priorizam a cooperação técnica porque para além de ser modalidade mais usada com os países em desenvolvimento, ela acarreta menores custos na sua execução o que facilita esse intercambio de conhecimentos.

Souza (2010) descreve a cooperação técnica como um ramo da cooperação internacional para o desenvolvimento e ainda afirma que os Estados ou Organizações exercem as atividades cooperativas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do país receptor excluindo a ajuda financeira e baseando somente nas iniciativas de capacitação técnica com o propósito de ultrapassar problemas que impedem o desenvolvimento local desses Estados (SOUZA, 2010, p. 2).

4.1 Impactos para o Desenvolvimento

A cooperação técnica nos países africanos teve um grande avanço e vem contribuindo significativamente para o progresso dessas nações que estão se erguendo e reconstruindo um novo panorama político, social e econômico para o desenvolvimento.

Essa cooperação pode ser considerada um instrumento que se adéqua as estratégias do desenvolvimento dos países africanos, em relação com o resto do mundo, permitindo, a melhoria da condição de vida da população e ainda proporciona um crescimento interno e externo desses Estados.

No caso dos países africanos a referida cooperação se depara com mais desafios no desenvolvimento de suas atividades em relação a países europeus porque são países ainda em construção com uma realidade totalmente diferente. Alguns deles como é caso da Guiné-Bissau, com seus poucos anos de independência e da abertura democrática em

relação ao Brasil, apresenta uma dificuldade imensa em inserção política nesse cenário, devido aos impasses e retrocessos do país.

A construção da política de um país é um caminho longo com resultados duradouros, e exige paciência. A história política dos grandes países desenvolvidos ou os considerados emergentes é registrada por várias crises interna (Golpes de Estado, transições e instabilidade política), mas isso não impediu as lutas para os seus ideais. Esta situação é considerada também como um dos desafios da sociedade guineense na luta para o progresso da nação.

Os principais avanços alcançados pela cooperação técnica se dão mais na área da agricultura, educação e saúde.

Na agricultura foram elaborados projetos de implantação de novas técnicas para o aprimoramento do cultivo, fornecendo matérias e profissionais capacitados para elaboração dessas práticas juntamente com os profissionais guineenses que trabalham nessa área.

No setor da educação os dois países, fazem uma troca de profissionais técnicos e docentes nesta área para a formação e qualificação dos seus quadros. Atualmente a embaixada brasileira na Guiné-Bissau patrocina e realiza atividades em prol do desenvolvimento cultural dos dois países, trabalhando com projetos de incentivo educacional para todas as faixas etárias, e oferece cursos de português e materiais didáticos para o melhoramento do ensino e da língua portuguesa. Mesmo sendo um país de língua oficial portuguesa, os últimos dados (2013) publicados pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), mostram que 56% da população guineense ainda são analfabetas (sem o domínio do português). As mulheres são as mais vitimizadas neste sentido, devido à predominância do machismo nesta sociedade. E na área da saúde, o Brasil está construindo novos centros médicos, de modo a melhorar o atendimento dos pacientes. Embora os índices não sejam tão elevados em relação a outros países africanos como é o caso de Moçambique, um dos desafios desta área, é o combate a HIV/SIDA, o governo brasileiro vem fornecendo medicamentos e capacitando profissionais nessa área com o objetivo de combater esta e outras doenças que afetam o país. Estes projetos tiveram avanços graças ao financiamento e elaboração de planos de cooperação técnica da ABC em parceria com o governo guineense.

Como pode se notar, no desenrolar do presente trabalho, o Estado guineense precisa se adequar a novas formas de orientação de suas políticas internas e externas, priorizando o bem-estar da população, fato que, hoje em dia, está longe de ser concretizada no país. Uma vez que a classe política está mais interessada em garantir suas qualidades de vida, usufruindo da população, mesmo que isso venha a custar perdas junto à coletividade das etnias que formam o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação Sul-Sul. 2013.** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>>. Acesso em: 24 nov. 2013.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **A cooperação com os Países de Língua Portuguesa. 2005.** Disponível em: <http://www.abc.gov.br/intranet/Sistemas_ABC/siteabc/documentos/via-ABC1.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2013.
- AMÂNCIO, I. M. C. **África-Brasil-África: matrizes, heranças e diálogos contemporâneos.** Belo Horizonte: PUC Minas; Nandyala, 2008. 272 p. v. 1000.
- BERNDT, P. P. **A cooperação técnica internacional como instrumento da política externa brasileira: o Brasil como doador junto aos países africanos.** 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CABRAL, F. M. A. As transformações no Ensino Superior na Guiné-Bissau: desafios e perspectivas. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS, 23., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- CABRAL, F. M. A. Cooperação Acadêmica Brasil-África: Os estudantes africanos do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G). In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS, 24., 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- CABRAL, J. A política externa da Guiné-Bissau. **Revista Soronda. Revista de Estudos Guineenses**, n. 7, jan. 1989.
- CAETANO, M. Tradições Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa. Agencia Geral de Ultramar, In: CARDOSO, C. **A ideologia e a pratica da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social: 1926-1973.** Soronda. **Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, n. 14. jul. 1992.
- CARDOSO, C. A ideologia e a pratica da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social: 1926-1973. **Soronda. Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, n. 14. jul. 1992.
- CARVALHO, A. M. **A Cooperação Internacional e a Política Externa Guineense.** Didinho. Bissau, 2007. Disponível em:<<http://www.didinho.org/acooperacaointernacionaleapoliticaexternaguineense.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

COELIN, S. A. **O Brasil na CPLP: Uma modalidade de cooperação Sul-Sul**. 2008. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/CPLP-Port-4.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2013.

FILHO, J. M. Desenvolvimento e Cooperação Científica e Tecnológica. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL “O BRASIL NO MUNDO QUE VEM AÍ”, 3., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: CNPEPI, 2008.

FRANCO, A. C. **Documentos da política externa independente**. Brasília: FUNAG, 2008, 2007.

FONSECA JUNIOR, G.; CASTRO, S. H. N. (Org.). **Temas de Política Externa Brasileira II**. São Paulo: IPRI/Paz e Terra, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002. 175 p.

HIRST, M. **Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em cooperação sul-sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

IGLESIA, G. A. M. **El impacto econômico y social de la cooperación para el desarrollo**. Madri: UCM, 2005.

ITAMARATY. **Balço de Política Externa 2003/2010**. 2010a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

ITAMARATY. **Relações com a África. Comércio e investimentos. Balço de política externa 2003-2010**. Itamaraty, 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.3-africa-comercio-e-investimentos/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

KORNEGAY, F.; DADA, J. (Org.). **A África do Sul e o IBAS: desafios da segurança humana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FUNAG/MRE, 2007. (Coleção Sul-Africana/CESUL).

LIVRAMENTO, A. N. S. **Diplomacia e cooperação: relações de cooperação Cabo Verde / Brasil**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LOPES, C. **Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau**, Edições 70, Lisboa, 1982.

MARQUES, S. **A Embrapa na Política de Cooperação Sul-Sul do Brasil**. 2010. (Relatório de pesquisa).

MENEZES, A. J. B. **Ásia, África e a política independente do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, [1961]. 132 p.

MOORE, C. A. **África que incomoda**: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

MUNGOI, D. M. D. C. J. **“O mito atlântico”**: Relatando experiências singulares de mobilidade de estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de construção e reconstrução de suas identidades étnicas. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8028>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

OLIVEIRA, M. F.; LUVIZOTTO, C. K. Cooperação técnica internacional: aportes teóricos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n. 2, 2011.

PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa**: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 110-115.

RIZZI, K. R. **O grande Brasil e os pequenos PALOP**: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010). 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RODRIGUES, D. F. Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 45-66, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a03v53n1.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

SARAIVA, J. F. S. **Relações Internacionais Dois Séculos de História**: Entre a Ordem Bipolar e o Policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI/FUNAG. 2001.

SARAIVA, J. F. S. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**: solidariedade e ação política. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001, 203 p.

SARAIVA, J. F. S. Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292002000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2013.

SILVA, A. L. R.; ANDRIOTTI, L. S. A Cooperação Sul-Sul na Política Externa do Governo Lula (2003-2010). **Conjuntura Austral**, v. 3, n. 14, p. 69-93, 2012.

TOKATLIAN, J. G. O Cone Sur e suas relações internacionais: um espaço de cooperação para a América do Sul. **Política Externa**, v. 17, n. 1, p. 49-50, jun./jul. 2008.

VISENTINI, P. F.; RIBEIRO, L. D. T.; PEREIRA, A. D. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VIZENTINI, P. G. F. **A África Moderna (1960-2010)**: um continente em mudança. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010. 147 p. v. 1

VISENTINI, P. F; RIBEIRO, L. D; PEREIRA, A. D. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013. 236 p. v. 1

Meio Eletrônico:

<http://www.abc.gov.br>

<http://www.itamaraty.gov.br/>

<http://www.africa21digital.com/>

http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/servico_consular.xml

<http://fotos.sapo.pt/lusa/yzOWNpIA1fddmVq92AFy?a=146>.

<http://progressonacional.blogspot.com.br/2013/04/analfabetismo-na-guine-bissau.html>

<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDGuineBissau.pdf>

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/iis_ano_6_n5_cooperacao_a_o_desenvolvimento.pdf

ANEXOS

Fig.1 Foto das vítimas do bombardeio do CIFAP- Bissau.



Fonte: Didinho, 2008.

Fig.2. Entrega da oferta de 6000 fardas às Forças Armadas da Guiné-Bissau pelo Embaixador do Brasil no país João Alberto Dourado Quintaes.



Fonte: LUSA, 2008⁹.

⁹ Disponível em: <http://fotos.sapo.pt/lusa/yzOWNpIA1fddmVq92AFy?a=146>.

Fig.3 Visita do Ex-Presidente Lula a Gana em 2005.



Fonte: Mongoi, 2006¹⁰.

Fig.4 Centro de Formação Profissional Brasil - Guiné-Bissau¹¹



Fonte: Itamaraty

¹⁰ Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8028/000565286.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

¹¹ Disponível em: <<http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/projetos.xml>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

Fig. 5 Centro de Formação das Forças de Segurança Brasil - Guiné-Bissau



Fonte: Itamaraty